

ARRANJOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA AMAZÔNIA TOCANTINENSE: PRIVATIZAÇÃO X REGIME DE COLABORAÇÃO PÚBLICO-PÚBLICO

Leonardo Victor dos Santos
professorleonardoarrais@gmail.com

Rosilene Lagares
roselagares@uft.edu.br

Introdução

No Brasil, a relação entre o público e o privado tem redefinido o papel do Estado na direção e execução das políticas em geral e da educação em particular, em cada período histórico. O campo da gestão educacional tem se caracterizado como um espaço de disputa de projetos, tendo por um lado, ideias em defesa dos direitos garantidos na Constituição Federal (CF/1988) (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394 (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014) da escola pública, universal, inclusiva, democrática, autônoma, com responsabilidade estatal na promoção da justiça social; e, por outro, a iniciativa privada em defesa do mercado como parâmetro de qualidade, com a retórica do mérito, eficácia, eficiência, produtividade, redução de gastos e controle de resultados, que foram normatizados e consolidados a partir da década de 90 com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (LAGARES; SANTOS, 2017; LAGARES; SANTOS; SILVA, 2017; SANTOS, 2019).

Em assim sendo, neste trabalho, são abordadas as temáticas gestão da educação municipal, privatização da educação e regime de colaboração, tendo por objetivo apresentar resultados de pesquisa que analisa a crescente privatização no campo das políticas públicas e da gestão da educação básica em municípios da Amazônia Tocantinense, assim como possibilidades do regime de colaboração público-público, entre instituições públicas presentes no estado, tendo em vista a formação, o acompanhamento e a avaliação para a gestão da educação municipal.

Como território para desenvolvimento da investigação, assentada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, está o Tocantins, criado na CF/1988, no auge

das políticas neoliberais no Brasil, baseadas no pensamento da Terceira Via que orientava (e orienta) o imbricamento entre o poder público e a iniciativa privada, visando a condução das políticas públicas educacionais. No âmbito da gestão da educação, a normatização e a materialidade dessa política neoliberal no estado pode ser observada, especificamente, a partir da criação do Sistema Estadual de Ensino em 1994 (SANTOS, 2019). Essas perspectivas têm repercutido no âmbito da educação municipal no Tocantins.

Desenvolvimento

Em municípios do Tocantins têm se estabelecido arranjos de gestão baseados na Nova Gestão Pública (NGP), que tem se materializado em acordos de cooperação entre as secretarias municipais de educação com institutos, fundações, consultorias, dentre outros, com a justificativa de melhorar a qualidade da educação pública municipal e atingir metas dos planos municipais de educação (SANTOS; SILVA, 2017; SANTOS, 2019; LAGARES, 2020).

A estreita relação entre o setor público e a iniciativa privada, assenta-se no modelo da NGP que implica na gestão não democrática, uma vez que a segunda assume o protagonismo no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais dos municípios que aderem a esses arranjos de gestão, o que indicam a privatização da educação pública municipal, na medida em que definem o conteúdo, o modelo de escola, de gestão e de formação continuada para os profissionais da educação, desconsiderando a consulta e a participação da comunidade escolar (SANTOS, 2008; 2017; SANTOS, 2019).

Nessa pesquisa, como contraposição à privatização da educação municipal na Amazônia Tocantinense, materializada entre secretarias municipais de educação e instituições privadas e empresas, defende-se a construção de uma gestão distinta, sendo o regime de colaboração público-público (BRASIL, 1988; 1996; 2014; TOCANTINS, 2015), em uma perspectiva democrática, constituído entre a Secretaria Estadual de Educação, as secretarias municipais de educação, as escolas estaduais e municipais com Instituições de Ensino Superior e demais instituições colaboradoras públicas presentes no estado do Tocantins, como Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins e Instituto Federal do Tocantins, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado, com o objetivo de promover

formação continuada, apoio, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e da gestão educacional, em contraposição às orientações neoliberais que têm seus parâmetros no mercado e na iniciativa privada.

Conclusões

Analisando a crescente privatização no campo das políticas públicas e da gestão da educação básica em municípios da Amazônia Tocantinense estabelecida e materializada de diversas formas, observam-se profundas implicações para a gestão democrática: influencia a definição do currículo, a formação dos profissionais da educação, o papel da escola e a avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem, desconsiderando a consulta e a participação da comunidade escolar no planejamento e implementação das políticas públicas educacionais, uma vez que não precisam prestar contas para a sociedade, contrariando princípios da CF/1988 e LDB 9.394/1996. Assim, entende-se que esse movimento crescente de privatização reflete na desvalorização e desnecessidade do poder público na definição das políticas públicas educacionais, o qual passa a assumir uma função coadjuvante na gestão, desde o planejamento, até a implementação e avaliação.

Em se tratando de possibilidades do regime de colaboração público-público, compreende-se que o embasamento legal vigente dispõe sobre ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. Nesse sentido, no Tocantins há um exemplo, sendo a Rede Colaboração Tocantins (RCT, 2020), criada por pesquisadores e especialistas em educação municipal da UFT (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal/Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, secretarias municipais de educação e Ministério Público.

Todavia, para a continuidade dessa pesquisa e a defesa da tese do regime de colaboração público-público, cabe o exame das relações no âmbito do poder público e a organização do Estado Nacional, assim como no/do próprio estado do Tocantins.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/08/2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Aprova das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/08/2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/08/2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 28/08/2020.

LAGARES, Rosilene; SANTOS, Leonardo Victor dos. Gestão da educação municipal na microrregião de Dianópolis-Tocantins: parcas condições institucionais para democracia. **Seminário Nacional da Rede MAPA: Políticas de Democratização da Gestão Educacional em Sistemas Municipais de Ensino**. 20 e 21 de novembro de 2017, na Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

_____. SANTOS, Leonardo Victor dos; SILVA, Meire Lúcia Andrade da Silva (2017). Parcerias SEDUC-Tocantins – iniciativa privada: possíveis relações com o plano estadual de educação. **I Seminário Nacional Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**, 5 e 8 de dezembro de 2017, na UFRGS, Porto Alegre, RS.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. As parcerias público-privadas no contexto educacional amazônico: novas formas para velhas questões. **Margens – Revista Interdisciplinar**. Dossiê: Trabalho e Educação Básica. V. 11, n. 16. jun 2017 (p. 09-24).

LAGARES, Rosilene. A educação no Tocantins no cenário da pandemia do novo coronavírus: desvelamento de desigualdades. **Revista Educação Básica em Foco**, v.1, n1, abril a junho de 2020.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT): formação, acompanhamento e avaliação – Projeto Gestão da Crise Educacional originada pela Pandemia da Covid-19 nas Redes e Sistemas Municipais de Educação do Tocantins. Palmas, Tocantins, 2020.

SANTOS, Leonardo Victor dos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins. **Privatizações na Educação Básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público**. Palmas, Tocantins, 2019.

TOCANTINS. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.977**, de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025, Palmas, TO, 2015. Publicada no Diário Oficial nº 4.411.